

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta de reajuste de 18% ao Judiciário eleva a pressão sobre o governo..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Técnicos ainda não encontraram espaço para Auxílio a R\$ 600..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa pode deduzir pagamentos a administradores e conselheiros do IR..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Candidatos têm planos opostos em áreas como trabalho e privatizações..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ciro batiza programa de 'Eduardo Suplicy' e faz campanha em SP..... 10

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Espera sem fim: Profissão Repórter mostra a batalha dos brasileiros que solicitam benefícios no INSS; assista ao programa..... 11

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Impostos mais justos, essa pode ser a próxima grande discussão (Artigo)..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fiesp sugere taxar lucro distribuído..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Diferença entre índice de inflação de pobres e ricos é a maior desde 2020..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mesmo após cortes, gasolina no país custa mais que no exterior..... 18

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A arte e a liberdade de expressão sob risco..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes sugere 'analisar' queda de receita..... 21

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
POLÍTICA

Ministro Alexandre de Moraes toma posse como presidente do TSE..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Gasto e eficiência desafiam próximo presidente a tirar saúde do topo das queixas..... 23

Quarta-Feira, 17 de Agosto de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Preço do leite ultrapassa o da gasolina em 14,1% 26

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gás nas alturas 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"Commodities" pesam, e dólar sobe 0,95% 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula promete reajustar tabela do IR e pede voto para evangélicos 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Quatro décadas de 'quase estagnação' (Artigo) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O declínio da independência dos BCs (Artigo) 32

Proposta de reajuste de 18% ao Judiciário eleva a pressão sobre o governo

LORENNA RODRIGUES EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

A proposta do Supremo Tribunal Federal (STF) de reajustar salários do Judiciário em 18% embaralhou ainda mais a já complicada elaboração do projeto do Orçamento de 2023, que tem de ser enviado ao Congresso Nacional em duas semanas.

O movimento do Judiciário teve efeito cascata nos demais Poderes: levou a uma reação no Congresso em busca de aumento e elevou a pressão por um reajuste maior para servidores do Executivo.

Ontem, auditores da **Receita Federal** iniciaram um movimento para pressionar para que o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 (PLOA) traga recursos específicos para a categoria. Segundo o Estadão/Broadcast apurou, isso contraria a ideia do governo, que pretende enviar a proposta apenas com a previsão de uma reserva para aumentar salários em geral, sem especificar como se dará o reajuste por carreira ou em qual percentual.

O valor destinado para aumento seria o mesmo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023, de R\$ 11,7 bilhões. Seria suficiente para um reajuste linear de 5% para o Executivo, aumento que já havia sido prometido neste ano pelo presidente Jair Bolsonaro, que recuou diante do impacto orçamentário da medida. A avaliação entre técnicos da área econômica é de que, diante do pleito de 18% do Judiciário, servidores do Executivo não devem se contentar com 5%.

A proposta do STF chegou na segunda-feira ao Ministério da Economia, que ainda está calculando seu impacto. De acordo com a assessoria de imprensa da Corte, o aumento custará R\$ 4,6 bilhões por ano, mas técnicos do Congresso falam em até R\$ 5,8 bilhões. Cada Poder tem liberdade para definir seus reajustes, contanto que o gasto primário total fique dentro do limite do teto de gastos.

MOBILIZAÇÃO.

Ontem, auditores- fiscais realizaram ato na alfândega em Santos (SP) pedindo a garantia, no Orçamento de 2023, de recursos para regulamentar o pagamento de bônus de produtividade aprovado em 2017.

Com poder de parar portos e aeroportos, a categoria foi uma das primeiras a se movimentar neste ano depois de o presidente ter prometido reajustar o salário de policiais federais. Isso levou a paralisações em série em órgãos como Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central, e Bolsonaro acabou desistindo de reajustar o salário dos profissionais de segurança.

As carreiras vinculadas ao Ministério da Justiça e os servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) até conseguiram emplacar uma reserva própria na LDO 2023, aprovada em julho.

Mas, na semana passada, o presidente vetou esse trecho da lei, alegando que já há previsão para uma correção geral na administração pública.

A insatisfação salarial também deixou cicatrizes no Banco Central. Os servidores realizaram uma greve de cerca de três meses que, mesmo encerrada em 5 de julho, ainda atrasa as atividades do órgão. Parte das estatísticas ainda não foi completamente atualizada, o lançamento da moeda digital do BC já foi adiado para o próximo ano e o Sistema Valores a Receber (SVR) ainda não tem data para voltar a funcionar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Técnicos ainda não encontraram espaço para Auxílio a R\$ 600

Apesar do prazo exíguo para a entrega do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o governo ainda não definiu qual valor vai prever no texto para o Auxílio Brasil em 2023. A ideia dos técnicos é seguir estritamente a lei em vigor, que prevê o retorno do benefício a R\$ 400 a partir de janeiro, e colocar esse valor na proposta. A ala política, porém, pressiona para incluir o montante de R\$ 600, já prometido pelo presidente Jair Bolsonaro e outros candidatos para o ano que vem.

Uma alternativa em estudo é incluir o impacto da prorrogação do aumento de R\$ 200, aprovado até o fim deste ano, em uma "nota informativa" que seria anexada ao projeto do Orçamento. Também ainda é discutido se haverá na proposta previsão de correção da tabela do Imposto de Renda.

Tanto Bolsonaro quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - que lideram as pesquisas ao Planalto - garantem que irão manter o Auxílio Brasil em R\$ 600, mas nenhum deles apresentou a fórmula para encaixar o gasto no Orçamento do próximo ano. Ontem, o candidato Ciro Gomes (PDT), terceiro colocado nas pesquisas, disse que, caso eleito, vai conjugar auxílios à população de baixa renda, como o Auxílio Brasil, passando a R\$ 1 mil mensais.

No mês passado, o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, apontou que a manutenção do benefício em R\$ 600 custaria entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões no próximo ano, reduzindo na mesma proporção o espaço para custeio e investimento.

Para garantir o pagamento dos atuais R\$ 600 neste ano, o governo teve de furar o teto de gastos novamente e pedir reforço de dividendos para as estatais para pagar a conta.

TABELA DO IR.

A correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) voltou para os programas dos candidatos, mas a mudança precisa ser aprovada ainda em 2022 para valer no próximo ano.

Se ficar para o começo do novo governo, valerá só para as declarações feitas em 2024 sobre a renda recebida em 2023.

A **Receita Federal** ainda calcula a eventual renúncia, e não foi batido o martelo se esse possível impacto constará na nota informativa do Orçamento.

Em 2018, Bolsonaro prometeu isentar quem recebia até R\$ 2.500 mensais, mas não conseguiu.

Agora, o novo programa de governo promete "perseguir o objetivo" de isentar quem ganha até cinco salários mínimos (R\$ 6.060) até 2026.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Empresa pode deduzir pagamentos a administradores e conselheiros do IR

Joice Bacelo Do Rio

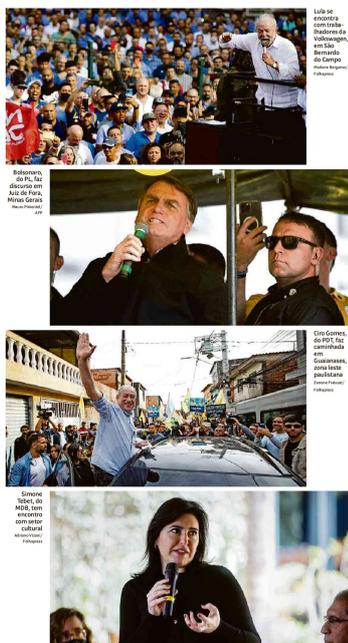
Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303

Candidatos têm planos opostos em áreas como trabalho e privatizações



Thiago Resende Renato Machado Danielle Brant

Os principais candidatos à Presidência da República apresentaram planos para a área econômica que apontam para rumos opostos em temas-chave como leis trabalhistas, privatizações e gastos públicos.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o presidente Jair Bolsonaro (PL), o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) e a senadora Simone Tebet (MDB) já protocolaram no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) seus planos caso sejam eleitos.

Em geral, os candidatos ao Palácio do Planalto evitaram se comprometer com propostas e metas específicas e trazem, em grande parte, um conteúdo vago e sem detalhes sobre como os projetos serão implementados. Mesmo assim, eles delinearam seus principais objetivos.

Na área trabalhista, há consenso entre os principais candidatos de que é necessário criar regras para dar mais proteção aos trabalhadores por aplicativos. A principal divergência no tema é o futuro da reforma trabalhista -feita em 2017, na gestão do então presidente Michel **Temer** (MDB).

Apoiado pelas principais centrais sindicais do país, Lula propõe revogar parte das alterações feitas na época. A ideia é formar uma mesa de negociação

entre governo, trabalhadores e empresários para formular uma nova legislação. O PT quer também ampliar a negociação coletiva, mediada por sindicatos.

Já a campanha de Bolsonaro sinaliza a continuidade das políticas nessa área, defendendo a reforma de 2017. O ministro Paulo Guedes (Economia) ainda não desistiu do projeto de lançar uma nova forma de contrato de trabalho que flexibiliza certos direitos dos empregados (como recolhimento do FGTS) para, em troca, tentar ampliar a formalização.

Ciro pretende propor um Novo Código Brasileiro do Trabalho com práticas de proteção internacionais e convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho), além de aproveitar trechos da reforma de **Temer**.

"Mas revogando alguns pontos para, por exemplo, retomar o papel de negociação entre os sindicatos e as empresas", disse o economista Nelson Marconi, um dos conselheiros econômicos de Ciro.

Senadora pelo MDB, Tebet não cita a reforma trabalhista no programa de governo. Mas, em entrevistas, ela já defendeu o pacote implementado durante a gestão **Temer**.

Outra divergência entre os principais candidatos são as privatizações.

O petista defende fortalecer as estatais. A proposta é ampliar os investimentos em tecnologia e pesquisa na Petrobras, afirmou o professor da Unicamp Guilherme Mello, um dos responsáveis pela elaboração do programa econômico de Lula.

O ex-presidente já deu declarações contra a venda da Eletrobras, mas a campanha tem mudado o tom nas últimas semanas. Uma ala do partido tem dito ser muito difícil reverter a privatização -mas entende que, apesar do processo de venda, o governo continuará como maior acionista da empresa e exercerá certa influência.

Guedes, ministro Bolsonaro, quer manter a agenda de privatizações. O candidato à reeleição ignorou o futuro da Petrobras no plano de governo, mas já se mostrou ser favorável à operação.

Ciro preferiu não se comprometer com o tema privatizações no programa, pois essa análise será feita caso a caso.

Tebet tem uma posição mais favorável a desestatizações, mas é contra a venda da Petrobras e deixa brecha para avaliar a eficiência de cada estatal.

Os candidatos posicionados mais à esquerda do espectro político apresentaram propostas semelhantes para retomar o crescimento econômico e gerar empregos. Tanto Lula quanto Ciro apostam em investimento público e realização de obras de habitação e saneamento, em um primeiro momento.

Em relação aos gastos públicos, Lula, em particular, defende mais obras financiadas com dinheiro público, ampliação de programas sociais e aumento do salário mínimo acima da **inflação**. Para isso, o teto de gastos deverá ser revogado.

"Precisamos construir um novo arcabouço fiscal que priorize gastos sociais e investimentos, além de permitir o acompanhamento e avaliação do gasto público. A ideia é que seja anticíclico e seja flexível", disse Mello.

Já Bolsonaro afirma em seu plano de governo que vai manter as diretrizes atuais para a geração de empregos, apostando na formalização dos trabalhadores informais e em ganho de produtividade, ao mesmo tempo que busca restabelecer o equilíbrio fiscal.

Candidato à reeleição, o presidente acena para uma agenda liberal e de controle das despesas. Mas, fora do documento, há discussões que também elevam os gastos federais, como o Auxílio Brasil de R\$ 600, e flexibilizam o teto de gastos. Para o salário mínimo, não há uma proposta, mas o presidente já enviou as bases do Orçamento de 2023 prevendo apenas o aumento pela **inflação**, sem ganho real -como foi feito desde o início de governo.

A equipe de Ciro defende que o salário mínimo seja reajustado acima da **inflação** e também que os investimentos públicos não fiquem limitados ao teto de gastos, o que, segundo Marconi, precisa ser revisto e reajustado por uma nova regra (e não apenas pela **inflação**).

As bases do programa de Tebet indicam rigor no controle de gastos.

"A sociedade tem hoje uma consciência muito nítida da importância da responsabilidade fiscal, porque senão a **inflação** come qualquer benefício social que você possa dar momentaneamente, e a recessão que

vem depois come os empregos", disse a economista Elena Landau, responsável pelo programa econômico de Tebet.

A campanha do presidente Bolsonaro não indicou um representante da área econômica para explicar as propostas à Folha.

Veja propostas econômicas de presidenciáveis

Programas de governo dos principais candidatos ao Palácio do Planalto têm lacunas sobre metas e implementação

PRIVATIZAÇÕES

Defende a proteção do patrimônio do país e uso das estatais para o desenvolvimento econômico. Fortemente contrário à privatização da Petrobras, da Eletrobras e dos Correios. Quer também fortalecer bancos públicos para fomentar o desenvolvimento

Privatizações e concessões para o meio privado são fundamentais, assim como outras parcerias de investimento. Defende que estado foque em saúde, educação, segurança e bem-estar

Não incluiu no plano de governo. Campanha defende não ter posição ideológica sobre privatizações. É contra desestatização da Petrobras e da Eletrobras, por atuarem em setores estratégicos para o país

Promover desestatizações com objetivo de criar mais competição, eficiência e aumentar a produtividade. Não menciona a Petrobras nem Eletrobras

SALÁRIO MÍNIMO

Política de valorização do salário mínimo para recuperar poder de compra da população; medida é considerada essencial para dinamizar a economia

Plano de governo não contempla esse item (Bolsonaro só propôs aumento real em 2019; depois, reajustes só pela **inflação**)

Plano de governo não trata. A campanha de Ciro defende em entrevistas a sua recomposição, acima da **inflação**, para recuperar o poder de compra. No entanto, não defende regras específicas para isso

Defende a valorização do salário mínimo, com pelo menos reajuste da **inflação**. Sem previsão de mecanismo de reajuste

AUXÍLIO BRASIL OU TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Programa deve recuperar características do Bolsa

Família e ampliar garantia de cidadania para os mais vulneráveis. Objetivo é avançar por etapas em direção a um sistema universal com renda básica de cidadania. Não trata de valores do benefício

Manutenção do valor de R\$ 600. Implementar tecnologias para corrigir distorções e anomalias no pagamento dos benefícios, e modernizar o Cadastro Único para ter mais efetividade no direcionamento dos recursos para o público-alvo

Implantação de programa de renda mínima universal, que vai englobar Auxílio Brasil, seguro desemprego e aposentadoria rural. Embora não esteja no programa, a campanha do candidato fala em R\$ 1.000 por domicílio

Prevê a criação de um programa de renda mínima. O plano de governo não menciona o atual Auxílio Brasil nem se compromete com o valor de R\$ 600; mas, em entrevistas, ela defendeu manter o patamar atual do benefício

EMPREGO E RETOMADA ECONÔMICA

Retomada dos investimentos em infraestrutura e saneamento, reindustrialização em bases tecnológicas e ambientais, além de promover reforma agrária, a economia criativa e a economia verde. Apoio ao cooperativismo, empreendedorismo e às micro e pequenas empresas

Crescimento sustentado no médio e longo prazo, com ganho de produtividade e recuperação do equilíbrio fiscal; cita busca por políticas de formalização do emprego e de ligação de empregabilidade com educação

Criar 5 milhões de vagas em dois anos com ampliação do investimento público, em particular retomada de obras paradas, e estímulo à construção civil. **Reforma tributária** para aumentar capacidade de investimento

Prezar pelo controle dos gastos públicos e promover competitividade da economia nacional. Vai buscar aumentar a formalização de trabalhadores e criar programa habitacional com subsídio

TETO DE GASTOS

Revogar o teto dos gastos e rever atual regime fiscal brasileiro, para um que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade. Objetivo é "colocar os pobres no Orçamento e os super-ricos pagando **impostos**"

Plano de governo não cita especificamente o teto, mas afirma que governo vai continuar com esforços para

garantir estabilidade econômica e sustentabilidade da trajetória da dívida pública através de ajuste fiscal no médio e longo prazo

Plano de governo não trata do assunto. Integrantes da campanha defendem mudanças no teto dos gastos, retirando investimentos do limite e criando outra regra de reajuste, ligado à **inflação** mais outro percentual

O documento não menciona especificamente o teto de gastos, mas fala em reorganização de regras fiscais e controle de despesas. Em entrevistas, já defendeu a manutenção do teto

REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplificação de **impostos**, redução da tributação do consumo, desoneração de produtos com maior valor agregado e tecnologia embarcada e taxação de grandes fortunas

Isenção de Imposto de Renda para trabalhadores que recebam até cinco salários mínimos; redução e simplificação de **impostos**

Redução de subsídios e incentivos em 20% no primeiro ano de governo, recriação de imposto sobre lucros e dividendos, taxação de grandes fortunas e unir 5 **tributos** em 1

Criação de um IVA, reforma do Imposto de Renda para eliminar a regressividade e metas anuais de redução de benefícios tributários

REFORMA TRABALHISTA

Revogação de trechos da reforma trabalhista e nova legislação com proteção social, focada em autônomos, domésticos, teletrabalho, home office e trabalhadores mediados por aplicativos

Políticas para formalização dos trabalhadores informais e na redução da taxa de informalidade, por meio de contratos de trabalho específicos

Novo Código Brasileiro do Trabalho com práticas de proteção internacionais e convenções da OIT; regulamentação de trabalhadores intermediados por apps

Aumento da formalização de trabalhadores, por exemplo, com redução da contribuição previdenciária e criar seguro de renda para os informais ou formais de baixa renda. O programa não menciona a reforma trabalhista, mas ele já defendeu as medidas aprovadas no governo **Temer**

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Reconstrução da seguridade e da **previdência social** para ampla inclusão dos trabalhadores, revisando medidas aprovadas pelo governo Bolsonaro

Governo continuará e fortalecerá o aprimoramento do sistema previdenciário, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira e a justiça social

Reforma da Previdência a partir de três pilares: renda básica garantida, uma parte da renda associada ao regime de repartição e outra parcela ao de capitalização

Não menciona esse tema. Mas prevê redução na contribuição previdenciária para quem ganha até um salário mínimo para estimular a formalidade

BANCO CENTRAL

Tarefa prioritária será coordenar a política econômica para combater a **inflação** e enfrentar a carestia, em particular a dos alimentos e a dos combustíveis e eletricidade

Governo continuará rigorosamente respeitando o regime de metas da **inflação** e independência do Banco Central

Contra a independência que foi aprovada no Congresso. A autonomia que o BC precisa para política monetária vai continuar existindo para definir meta

Combater a **inflação** de forma permanente, com política fiscal responsável, contribuindo de forma positiva para a efetividade da política monetária sob comando do Banco Central independente

INDÚSTRIA

Reverter o processo de desindustrialização e promover a reindustrialização de setores e dos associados à transição para a economia digital e verde; política industrial deve manter o foco nas prioridades do país e alavancar a capacidade tecnológica nacional e a inovação

Agregar valor em exportações, aumentar a produção nacional de fertilizantes; siderurgia, metalurgia e indústrias de base também devem receber especial atenção

Ênfase especial a quatro complexos industriais: agronegócio, petróleo, gás e derivados, saúde e defesa, os quais demandam a produção e inovação em outros setores, como a microeletrônica, a bioengenharia, os softwares e a química fina e pesada

Aumentar aportes tecnológicos nas indústrias para ganho de produtividade. Aumentar a internacionalização e participação em cadeias globais

ENERGIA

Garantir a soberania e a segurança energética do país, com ampliação da oferta, aprofundando a diversificação da matriz, com expansão de fontes limpas e renováveis a preços compatíveis com a realidade brasileira

Oferecer energia de acordo com a demanda atual; diversificação na produção e utilização de energia renovável e limpa, sem comprometer aspectos como gás natural com alternativa para diversos setores produtivos, como petroquímica e fertilizantes

Desenvolver energia limpa, como a eólica, solar e baseada na produção de hidrogênio verde: meta é alcançar uma matriz energética 100% limpa; energia hidroelétrica como fonte de reserva para picos de consumo de energia; até 2030, eliminar o uso da termoelétrica

Acelerar transição para matriz mais limpa, de baixo carbono. Reduzir o custo de energia elétrica para a maioria dos consumidores, eliminando subsídios que não se justificam e recuperar planejamento do setor

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50006>

Ciro batiza programa de 'Eduardo Suplicy' e faz campanha em SP

Mariana Zylberkan e Victoria Azevedo Folhapress, de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=1§ion=1

Espera sem fim: Profissão Repórter mostra a batalha dos brasileiros que solicitam benefícios no INSS; assista ao programa

Por Profissão Repórter

O que já era difícil, ficou ainda mais complicado com a pandemia da Covid-19. Brasileiros que por algum motivo precisam recorrer aos benefícios do **INSS** estão aguardando por muito tempo para serem atendidos ou seguem adiante com as suas solicitações por causa da alta demanda reprimida.

O Profissão Repórter desta terça-feira (16) mostrou casos de pessoas que estão nessa chamada espera sem fim. Muitos já não têm mais nem esperança em conseguir seus benefícios.

INSS negou mais de 20 milhões de pedidos de auxílio-doença em 11 anos. INSS muda análise e concessão de benefícios; entenda

Entre as categorias que mais sofrem com o acesso precário ao **INSS** está a do agricultor familiar. Nossa equipe foi até Sergipe onde mostrou casos de vários que esperam a perícia médica para receber o auxílio-doença após sofrer um acidente no campo ou contrair uma doença.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) também é um dos mais solicitados entre os cidadãos. É pago às pessoas com alguma deficiência ou idosos com mais de 65 anos que comprovem situação de vulnerabilidade social, uma parcela da população que aumentou em virtude da crise econômica provocada pela pandemia.

Brasileiros chegam a esperar quase 300 dias pela concessão do Benefício de Prestação Continuada

Assista ao programa completo acima.

Site: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2022/08/17/espera-sem-fim-profissao-reporter-mostra-a-batalha-dos-brasileiros-que-solicitam-beneficios-no-inss-assista-o-programa.ghtml>

Impostos mais justos, essa pode ser a próxima grande discussão (Artigo)

RUDOLFO LAGO É DIRETOR DO CONGRESSO EM FOCO ANÁLISE

Em 1928, o poeta Carlos Drummond de Andrade publicou na Revista de Antropofagia um poema que considerava "insignificante". O tempo mostrou que, neste caso, Drummond estava sendo extremamente severo com ele mesmo. Certamente, ele escreveu versos bem mais sofisticados que aqueles. Mas tão significantes quanto os de "No Meio do Caminho". Na singeleza daquele curto poema estava a concretização dos diversos obstáculos aparentemente intransponíveis que se colocam no caminho das pessoas e que transformam em profundo cansaço alguns momentos das suas vidas.

Há hoje um quase consenso no Congresso de que há "uma pedra no meio do caminho". Essa pedra é o sistema tributário brasileiro. Na última rodada do Painel do Poder, pesquisa que o **Congresso em Foco Análise** faz trimestralmente com os principais líderes da Câmara e do Senado, isso ficou patente. A pesquisa perguntou aos parlamentares que importância, com uma nota de um a cinco, eles davam às reformas estruturantes em discussão. A nota média atribuída à necessidade de **reforma tributária** foi 4,27. O problema, porém, é como tirar essa pedra do meio do caminho. Porque aí, mostra tanto a pesquisa como a prática dos últimos anos, quando a coisa começa de fato a ser discutida empaca nos detalhes e a pedra da necessidade de **reforma tributária** vai ficando pelo caminho.

Em uma rodada de conversa com jornalistas na segunda-feira (8), os economistas Manoel Pires e Rodrigo Orair discutiram essas questões. Manoel Pires é coordenador do Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV)/Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB). E Rodrigo Orair é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal. São dois dos autores do livro "Progressividade Tributária e Crescimento Econômico", que acaba de ser lançado pelo Observatório de Política Fiscal com o apoio da Samambaia Filantropias.

Manoel Pires é o organizador do livro. Na linha do que já mostrava a última rodada do Painel do Poder,

Manoel e Orair apontam que as discussões resumidas nas PECs 45 e 110 tiveram um considerável avanço este ano no Congresso. Na avaliação de ambos, o que resultou no relatório da PEC 110, que se encontra agora parada no Senado, é tecnicamente um texto muito bom, cuja aprovação traria mudanças importantes para a economia brasileira.

Mas a ideia em torno da PEC 110 limita a discussão à tributação sobre o consumo. O livro, como apontaram Manoel e Orair, mostra que o país terá que se debruçar urgentemente sobre a progressividade do imposto que é pago no país. Em como tornar mais justa e racional a distribuição dos **impostos** entre a sociedade. De novo, uma discussão complicada. De novo, uma pedra que todos concordam que precisa ser transposta. Mas, de novo, algo que esbarra nos detalhes quando de fato se começa a discutir as propostas e o eventual perde e ganha de cada uma delas para cada segmento da sociedade.

A tabela mostrada por Manoel e Orair mostra o tamanho da encrência. O imposto no Brasil parece progressivo e justo somente até um determinado segmento de renda. Depois, ele se torna insuportavelmente injusto. O valor vai crescendo conforme a renda até atingir um pico de 12,32%. Depois, vai caindo, de modo que a parcela mais rica da população brasileira paga somente 5,25% de imposto. Isso acontece, segundo os dois economistas, pela isenção que há na taxa sobre lucros e dividendos.

É uma situação que hoje onera a classe média e deixa de fora da conta quem realmente tem muito dinheiro. A discussão sobre a necessidade de rever as tabelas de imposto de renda chegou a avançar em certo momento. Mas acabou abandonada. Talvez porque o governo Jair Bolsonaro e a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, não tenham de fato patrocinado a discussão de maneira decisiva. Como, da mesma forma, não patrocinaram a discussão da tributação sobre o consumo que deu na PEC 110.

Para os dois economistas, tais temas só podem de fato avançar se eles tiverem o envolvimento do governo e a disposição para a discussão. Talvez, eles imaginam, isso possa acontecer num eventual governo Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Embora Lula tenha afirmado que a **reforma tributária** é sempre uma

discussão delicada, ela também disse que sua prioridade no próximo governo seria fazer com que o pobre pudesse voltar a comprar as coisas e o rico viesse a pagar mais imposto. Lula afirmou que sua intenção é chamar todos os segmentos para uma grande negociação em torno do tema. Pode estar na mesa de discussão dos próximos tempos uma situação de maior justiça tributária.

Fiesp sugere taxar lucro distribuído

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) preparou um estudo com diretrizes para uma **reforma tributária** no próximo governo. Entre essas diretrizes, há uma guinada no sentido de apoiar abertamente a taxação do Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos aos sócios das empresas - operação hoje isenta. Um sumário das propostas já foi entregue aos candidatos à Presidência.

No documento, ao qual o Estadão teve acesso, a Fiesp apoia a volta da taxação de dividendos relativos aos lucros futuros na pessoa física desde que ajustada proporcionalmente à carga que incide sobre as empresas. Isso significa, na prática, que lucros acumulados no passado e não distribuídos seriam preservados. Além disso, a tributação teria de vir acompanhada de uma redução da carga tributária incidente sobre o lucro das empresas.

A entidade também defende a revisão do modelo de tributação da folha de salários das empresas.

O Brasil tem hoje os encargos mais altos do mundo, o que, segundo especialistas, tem estimulado a informalidade dos trabalhadores.

Neste caso, a Fiesp propõe relacionar o custeio ao benefício, eliminando - ou, ao menos, reduzindo - a incidência da contribuição patronal. Em conjunto com a tributação dos lucros que não foram tributados na pessoa jurídica, a reforma da tributação da folha retiraria o incentivo tributário à "pejotização".

O economista-chefe da Fiesp, Igor Rocha, explicou que diretrizes como essas foram consenso na entidade. Segundo ele, a volta da taxação de lucros e dividendos não deve ser vista como uma adição ao aumento da carga tributária.

"Não se trata disso. Colocamos isso de forma clara. Não é um imposto a mais. É uma realocação da forma como é feita a taxação", disse ele.

Na avaliação da Fiesp, esse modelo permitiria uma forma mais racional de tributação das empresas em contraponto ao sistema atual, em que as companhias são oneradas de forma desproporcional ao seu êxito econômico.

"Quando se passar a taxação para os dividendos e

reduzir o imposto das empresas, se faz uma racionalidade muito maior." IVA. Para a reforma dos **tributos** que incidem sobre o consumo (IPI, ICMS, ISS, PIS e Cofins), a Fiesp defende uma implementação rápida de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em nível nacional, evitando a criação de exceções.

Rocha admite que a dificuldade será a definição da alíquota do IVA. "Vai ter de chegar ao meio-termo entre os setores", ressaltou o economista, que vê um diálogo mais aberto entre os setores e maior maturidade na discussão.

Na área da economia digital, a proposta é de uma tributação que alcance todo o consumo de bens e serviços, independentemente de sua forma de fornecimento (via e-commerce, lojas físicas, importados ou nacionais) ou da chamada "tangibilidade" (locações e serviços).

"Não se trata disso (aumento da carga tributária).

Colocamos isso de forma clara.

Não é um imposto a mais. É uma realocação da forma como é feita a taxação." Igor Rocha Economista-chefe da Fiesp

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Diferença entre índice de inflação de pobres e ricos é a maior desde 2020

Eduardo Cucolo

A diferença entre a **inflação** dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres aumentou em julho nas faixas de renda utilizadas para o cálculo do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da FGV.

Após as medidas que reduziram os preços de combustíveis e outros valores controlados pelo poder público, essa diferença chegou a 0,69 ponto percentual, maior valor desde dezembro de 2020 (0,81 ponto).

Enquanto as famílias na faixa de 1 a 1,5 salários mínimos tiveram deflação de 0,36% no mês passado, aquelas com renda entre 11,5 a 33 mínimos sentiram uma queda de preços de 1,05% -praticamente o triplo.

A explicação para tal diferença é que os preços dos alimentos, item que mais pesa na cesta da baixa renda, estavam em aceleração em 2020, mesmo movimento registrado atualmente. Por outro lado, a **inflação** de itens como transportes, educação e recreação, que pesam mais no orçamento da alta renda, está em queda.

O grupo transportes, influenciado pela redução no preço e nos **impostos** sobre a gasolina, registrou deflação de 3,66% para os mais pobres e de 4,68% para os mais ricos. Ou seja, 1 ponto percentual a mais na faixa de renda mais elevada.

Em 12 meses, o IPC da FGV acumula alta de 7,82% para os mais pobres e 7,43% para os mais ricos. Nos alimentos, a alta é de 16,2% e 13,8%, respectivamente, nas duas faixas.

A tendência é que esse movimento se acentue nos próximos meses, dada a projeção da instituição de que os alimentos terminem o ano com uma **inflação** acima de 10%. Já os preços controlados pelo poder público devem fechar 2022 com deflação.

O economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), diz que os mais pobres sofrem também com a falta de proteção contra a alta de preços, já que os mais ricos têm acesso a produtos financeiros que garantem a rentabilidade do seu dinheiro.

"O indivíduo mais pobre tem uma sensação menor desses efeitos das reduções do ICMS e não tem proteção contra o processo inflacionário. Para eles, a sensação de **inflação** está na alimentação."

O economista do FGV Ibre diz que a **inflação** de alimentos em 12 meses pode ter alcançado o pico deste ano em julho, para iniciar uma desaceleração nos próximos meses. Ainda assim, deve fechar o ano em dois dígitos.

"A **inflação** de alimentos deve ceder por conta dessa desaceleração de grandes economias. A gente tem visto que as commodities agrícolas têm caído muito. Os grãos podem ajudar a desacelerar a **inflação** daqui para a frente, o que vai ser bom para os menos favorecidos", afirma.

Em julho, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o índice oficial de **inflação** do país calculado pelo IBGE, teve deflação de 0,68%.

A queda ficou concentrada em 2 dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados: transportes (-4,51%) e habitação (-1,05%). Ambos foram influenciados pelos recentes cortes nas alíquotas de ICMS, imposto estadual, sobre combustíveis e energia. Se não fosse essa queda, o IPCA de julho teria uma alta de 0,70%, segundo o IBGE.

A redução de preços da gasolina promovida pela Petrobras também contribuiu para o resultado do mês.

Para agosto, o mercado projeta deflação de 0,20%, mas a nova redução de preço da gasolina anunciada nesta segunda (15) pode levar a uma queda maior.

De acordo com outro indicador, o IPC FX, índice da Fipe que mede a **inflação** na cidade de São Paulo por faixa de renda, a deflação nos preços ao consumidor registrada em julho beneficiou apenas as famílias com renda mensal acima de oito salários mínimos (R\$ 9.696).

A diferença nos índices de preços se deve a fatores como abrangência geográfica, metodologia e período de coleta, entre outros.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

Diferença na inflação entre os 10% mais ricos e 10% mais pobres

Em pontos percentuais



*Diferença entre o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da FGV na faixa de 1 a 1,5 e na faixa 11,6 a 33 salários-mínimos. Fonte: FGV Ibre

Mesmo após cortes, gasolina no país custa mais que no exterior

Nicola Pamplona

Mesmo após o corte de 4,8% anunciado pela Petrobras nesta segunda-feira (15), o preço da gasolina nas refinarias brasileiras segue acima da paridade de importação, conceito usado pela estatal que simula quanto custaria para trazer o produto do exterior.

Segundo cálculos da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o preço médio do produto nas refinarias do país estava R\$ 0,27 por litro acima da paridade na abertura do mercado desta terça (16), já considerando a queda anunciada pela Petrobras.

Isso significa que há margem ainda para novos cortes, caso as cotações internacionais do petróleo e o câmbio não disparem. A Petrobras tem repetido que prefere não repassar volatilidades momentâneas para o consumidor brasileiro.

O corte de 4,8%, que entrou em vigor nesta terça, foi o terceiro em menos de um mês, com uma redução acumulada de 13%, o R\$ 0,53 por litro. A empresa diz que o movimento acompanha a queda das cotações internacionais do petróleo.

A queda ajuda a campanha pela reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), cuja popularidade vinha sendo afetada pela escalada dos preços dos combustíveis desde o fim do período mais duro de isolamento da pandemia de Covid-19.

Em maio, os preços da gasolina e do diesel atingiram recordes históricos nos postos brasileiros, movimento que culminou com a demissão de dois presidentes da Petrobras em pouco mais de um mês.

O governo decidiu ainda enfrentar estados no Congresso e aprovou uma lei limitando as alíquotas de ICMS a 17% ou 18%. Os **impostos** federais sobre os combustíveis também foram zerados.

Desde o fim de junho, quando a lei do ICMS foi aprovada, o preço da gasolina vem em forte queda nas bombas. Na primeira quinzena de agosto, segundo a empresa de pagamentos eletrônicos ValeCard, caiu 9,16% em comparação com a média de julho, chegando a R\$ 5,779.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) não vem publicando sua pesquisa semanal de preços dos combustíveis, principal indicador sobre o assunto, devido a um ataque hacker a seus sistemas.

Com a sequência de quedas nas bombas, Bolsonaro vem repetindo que o Brasil terá em breve uma das gasolinas mais baratas do mundo. Mas dados do site especializado Global Petrol Prices indicam que o país tem oscilado no ranking, já que o produto também ficou mais barato em outros países.

Na última atualização do levantamento, com preços do dia 15 de agosto, o Brasil ocupava a 49ª posição em uma lista de 169 países. É uma colocação pior do que o 44º lugar verificado um mês antes, mas melhor que o 51º da semana anterior.

Como os preços são convertidos para o dólar, porém, a variação cambial também tem efeito na comparação. A lista da Global Petrol Prices traz o Brasil com preço médio de revenda a US\$ 1,15. O 20º colocado, a Arábia Saudita, tinha preço médio de US\$ 0,62. O 30º, o Afeganistão, de US\$ 0,98.

Em julho, a queda do preço da gasolina após corte de alíquotas de ICMS já havia levado o país a registrar deflação, segundo dados divulgados pelo IBGE na semana passada.

A queda de 0,68% foi influenciada principalmente pelo grupo dos transportes, que teve a redução mais intensa, de 4,51%.

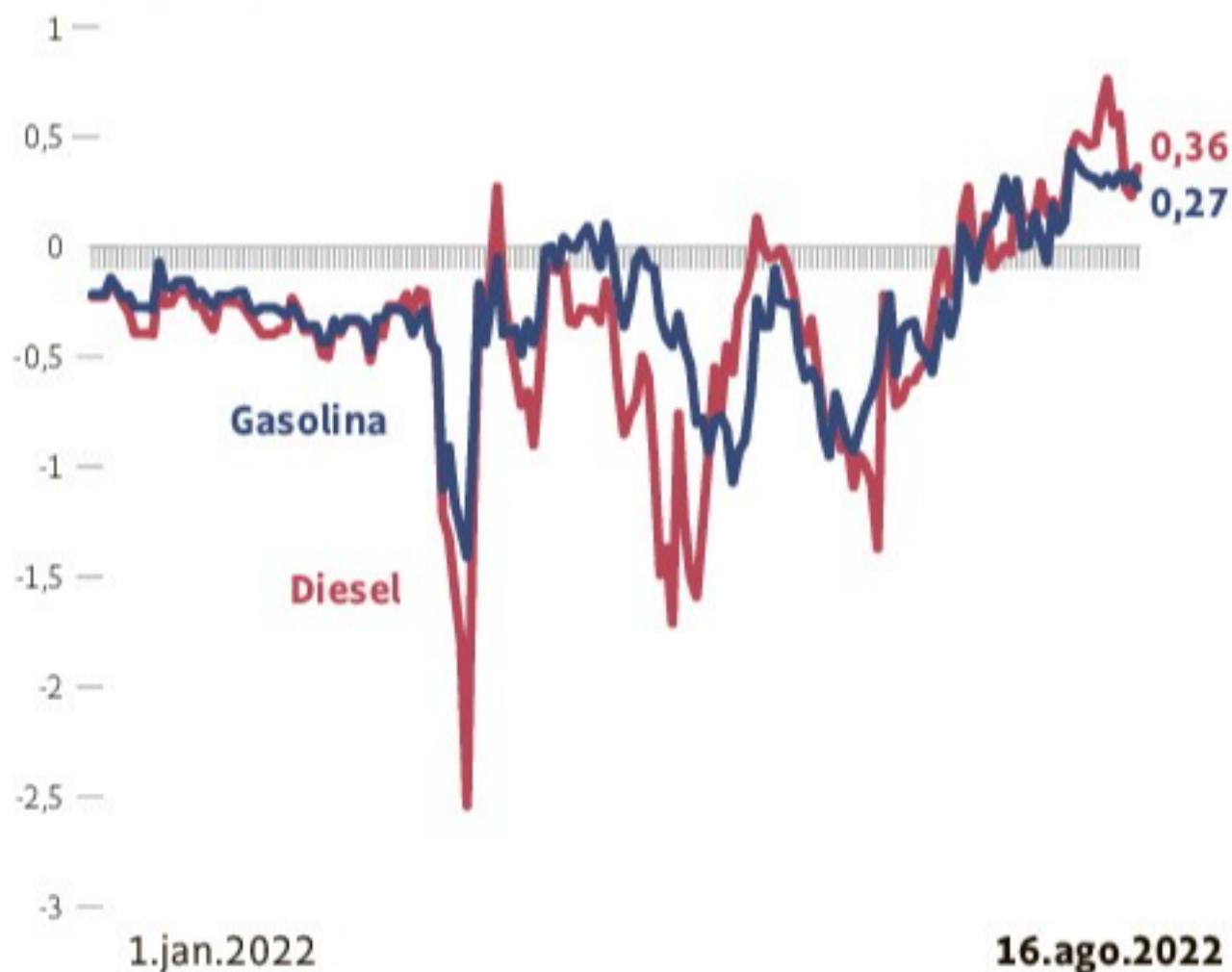
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50006>

Defasagem média em relação à paridade de importação

Quando a linha está acima de 0, a empresa está vendendo mais caro do que a paridade de importação. Quando está abaixo, o preço de venda pela estatal está mais barato

Em R\$ por litro



Fonte: Abicom

A arte e a liberdade de expressão sob risco

JEFERSON TENÓRIO *Especial para O GLOBO*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Guedes sugere 'analisar' queda de receita

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=1§ion=1

Ministro Alexandre de Moraes toma posse como presidente do TSE

O ministro Alexandre de Moraes tomou posse na noite de ontem (16) no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O vice-presidente será o ministro Ricardo Lewandowski, que também foi empossado.

A cerimônia começou às 19h e contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, além de ex-presidentes de República Michel **Temer**, Dilma Rousseff e Lula, além de candidatos à presidência nas eleições de outubro.

Em junho, Moraes foi eleito de forma simbólica para comandar o tribunal, que é responsável pela organização do pleito.

A eleição é uma formalidade de praxe que é feita pelo TSE. A corte estava sendo presidida pelo ministro Edson Fachin.

Moraes, que também é ministro do STF, passou a atuar no TSE em abril de 2017 como ministro substituto. Desde 2020, atua na função de ministro efetivo do tribunal.

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois membros da advocacia indicados pelo presidente da República.

(Agência Brasil)

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Gasto e eficiência desafiam próximo presidente a tirar saúde do topo das queixas



Fila de espera na AMA do Hospital Sorocabana, na Lapa, em São Paulo Matilde Misoneiro - 12.jan.22/Folhapress

VIDA PÚBLICA Cláudia Collucci são paulo

FOLHA EXPLICA

OS NÓS DO BRASIL I SAÚDE

No topo da lista de preocupações dos brasileiros, segundo o Datafolha, a área da saúde viu seus desafios aumentarem com a pandemia de Covid, em um cenário de estagnação de financiamento público federal.

Cronicamente sobrecarregado e diante de queda orçamentária, o SUS (Sistema Único de Saúde) tem lidado com a demanda reprimida durante a crise sanitária. Houve diminuição de mais de 900 milhões de procedimentos, de acordo com a Fiocruz, que comparou os anos de 2020 e 2021 ao período pré-pandemia.

Há também uma carga maior de pacientes com doenças crônicas descompensadas, como diabetes ou hipertensão, outros sofrendo com os efeitos da Covid longa e o agravamento da saúde mental. No último mês, o aumento de casos da varíola dos macacos acrescentou novos desafios à rede pública de saúde.

O país vive ainda um "apagão" de remédios, como antibióticos e analgésicos, devido à dependência de matéria-prima importada - o Brasil compra do exterior 95% de todo o IFA (Insumo Farmacêutico Ativo).

O sistema de saúde do país também patina na vacinação contra a Covid e vem sendo alertado para o possível surgimento de novas epidemias em razão da queda acentuada das taxas de imunização infantil.

Para lidar com essa tempestade, o novo presidente terá de ampliar e qualificar os investimentos em saúde nos próximos anos. O Brasil é um dos que menos investe recursos públicos na área, apesar de 150 milhões de pessoas no país dependerem exclusivamente da saúde pública.

*

Quais os principais desafios da saúde pública brasileira? Uma análise do Ieps (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), batizada de Agenda Mais SUS, aponta seis desafios para melhorar a saúde pública.

O primeiro é o baixo nível do gasto público na área. O país precisa saltar de 3,8% do PIB para 5% até 2026 e 6% até 2030. O segundo é o fortalecimento da atenção primária, com a expansão do programa Estratégia de Saúde da Família, e o terceiro é o enfrentamento das desigualdades na área de saúde entre as diferentes regiões do país. Para tal, aprimorar a digitalização dos processos é fundamental.

O quarto desafio se refere aos recursos humanos no SUS. Há propostas de valorização dos profissionais e de ações que promovam a interiorização de agentes do setor de forma sustentável, além da ampliação da atuação da enfermagem no SUS. O quinto desafio é atender à demanda atual e futura por serviços de saúde mental. O sexto é a necessidade de fortalecer o SUS para o combate de novas emergências de saúde pública.

O que fazer para reduzir as filas de atendimento especializado e de cirurgias do SUS? Atenção primária fortalecida, acesso a exames básicos e apoio da telemedicina podem diminuir a fila de espera por especialistas, como vêm mostrando algumas iniciativas pelo país. É preciso, ainda, ampliar a cobertura do programa Estratégia Saúde da Família, hoje em 66%, para 100%. Esse modelo é apontado como o melhor segundo os resultados de diversos indicadores de saúde.

Em relação às consultas especializadas, procedimentos e cirurgias, um dos caminhos é a implantação das redes de atenção em todas as macrorregiões, garantindo o acesso desde a atenção primária e de média complexidade ambulatorial até

hospitais. Mas para tal será preciso ampliar o financiamento federal.

Qual é o gasto atual com saúde pública no Brasil?

Os gastos da União em saúde estão praticamente estagnados desde 2012, quando atingiu R\$ 138,8 bilhões. De lá para cá, excetuando os recursos emergenciais de 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid, os valores médios investidos em saúde foram na ordem de R\$ 127,1 bilhões por ano. Embora as despesas totais representem 9,6% do **PIB**, os gastos do governo respondem por apenas 3,8%. A média do gasto público dos países da OC-DE (Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico), o clube dos países ricos, é de 6,5%.

O que pode ser feito para melhorar o financiamento da saúde pública em um cenário de restrição orçamentária? Eliminação ou redução expressiva da renúncia fiscal na área de saúde, decorrente, por exemplo, dos gastos com planos de saúde no Imposto de Renda e das concessões fiscais às entidades privadas sem fins lucrativos e à indústria química farmacêutica.

Em 2018, essa renúncia foi de R\$ 57,7 bilhões. Em 2021, estima-se que tenha alcançado 43% do orçamento federal da saúde, valor 2,5 vezes maior que aquele destinado à atenção primária à saúde. Outra proposta é ampliar a tributação de setores que têm um importante custo sobre a saúde, como os das bebidas açucaradas, dos ultraprocessados, do álcool e do tabaco.

Uma melhor gestão dos recursos no SUS não seria outra forma de melhorar o financiamento?

Segundo o Banco Mundial, 30% da verba da União para o SUS é mal usada. As ineficiências somaram R\$ 35,8 bilhões apenas em 2017. Mas resolver esse problema não elimina o do subfinanciamento público.

O Brasil viu piorar o cenário das doenças crônicas na pandemia, e o manejo dessas condições está longe do ideal. Qual a saída?

De novo, o fortalecimento da atenção primária. Uma das propostas é a adoção de ferramentas digitais que permitam às equipes ter acesso aos dados sanitários da população em todos os níveis do sistema, o que não ocorre hoje.

Por que o Brasil tem vivido um "apagão" de remédios em farmácias e hospitais? A principal causa é a dependência de matéria-prima importada para a produção de medicamentos -cerca de 95% dos insumos vêm da China e da Índia. A alta do dólar e do

barril de petróleo, além do aumento da demanda de medicamentos como antibióticos, analgésicos e antialérgicos também contribuem para o desabastecimento.

Qual a situação da vacinação no Brasil contra a Covid e outras doenças?

O país enfrenta estagnação da vacinação contra a Covid e queda na cobertura da imunização infantil. No geral, a taxa média de cobertura das vacinas que constam no Plano Nacional de Imunizações está em 68%. A cobertura da pólio, por exemplo, ficou em quase 70% frente a uma meta de 95%. O país tem agora uma geração suscetível a doenças contagiosas, algumas das quais já eliminadas. Além de amplas campanhas de vacinação é necessária uma atuação mais pro-ativa dos governos regionais.

Estudos mostram que os profissionais de saúde de todos os níveis estão exaustos, desmotivados e mal pagos. O que fazer?

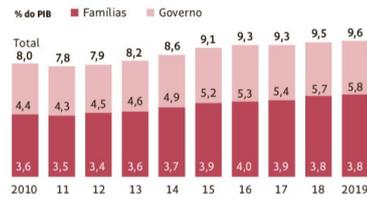
Há uma unanimidade no setor de que é preciso uma nova política de recursos humanos no SUS. Hoje há grandes desigualdades regionais, com precarização do trabalho e cada município decidindo à sua maneira a contratação e a gestão de pessoal. Entre as propostas está a criação de um plano de carreira interprofissional para o SUS. Outros projetos defendem que o Ministério da Saúde, em conjunto com estados e municípios, estructure sistemas de informações sobre recursos humanos de acordo com as necessidades nacionais e atue para regular a qualidade da formação.

Site:

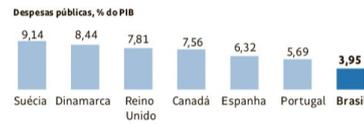
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50006>

Os desafios na saúde pública

Mais da metade do gasto em saúde no Brasil é privado



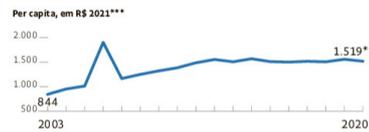
Brasil investe pouco em saúde pública*



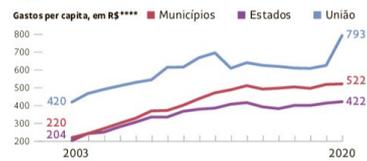
Brasil tem maior investimento em saúde privada*



Orçamento da saúde está estagnado desde 2012**



Estados e municípios representam parcela cada vez maior do gasto em saúde*



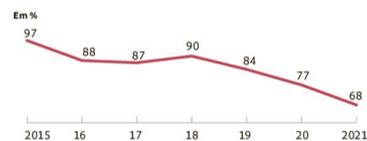
44% do orçamento da União vão para hospitais e ambulatorios



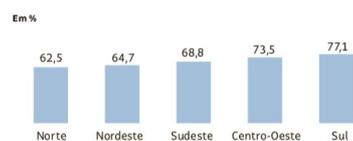
Recursos para a atenção primária estão estagnados



Brasil registra queda da cobertura vacinal****



Taxa de cobertura vacinal por região, em 2021



*Em relação a países com sistemas universais de saúde. **Em 2020, houve R\$ 208 de recursos adicionais devido à pandemia de Covid-19. ***Gastos em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS). ****Gastos em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS). *****Taxa de cobertura das vacinas contra tuberculose, poliomielite, rotavírus, pentavalente, pneumonia, meningite, tripla viral D1, hepatite A e hepatite B. Fontes: World Bank Data base, 2022; dados de 2018: Conta - Satélite de Saúde 2010-2019 (IBGE), Agenda Mais SUS, do Ipea, Agenda Mais SUS, do Ipea, Agenda Mais SUS e Ministério da Saúde/DatasUS.

Preço do leite ultrapassa o da gasolina em 14,1%

Leonardo Vieceli

O preço do litro de leite engatou escalada nos últimos meses e superou o da gasolina em cidades como São Paulo, indicam pesquisas.

De junho para julho, o valor médio do litro de leite UHT saltou 24,8% na capital paulista, chegando a R\$ 6,79, conforme levantamento do Procon-SP em parceria com o Dieese.

Essa marca supera em 14,1% -ou R\$ 0,84- o preço médio do litro da gasolina comum no município em julho, calculado em R\$ 5,95 pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

O combustível caiu 13,5% no mês passado em São Paulo, em um movimento similar ao registrado em outras cidades do país, conforme a pesquisa.

Em julho do ano passado, o litro da gasolina na cidade de São Paulo estava em R\$5,468, conforme a ANR. O valor superava em 38,4% o preço médio do litro de leite à época, calculado em R\$ 3,95 na pesquisa divulgada pelo Procon-SP.

A baixa da gasolina, dizem analistas, está associada ao corte de alíquotas de ICMS (imposto estadual) sobre os combustíveis. O teto para a cobrança do tributo foi sancionado no final de junho pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que tenta conter a pressão inflacionária e melhorar sua popularidade às vésperas das eleições.

O petróleo também passou a dar sinais de trégua no mercado internacional recentemente, o que deu munção para a Petrobras reduzir os preços nas refinarias. Na segunda (15), a estatal anunciou o terceiro corte consecutivo no valor da gasolina desde a segunda metade de julho.

O leite, por sua vez, disparou com os efeitos do período de entressafra, que deve se estender até setembro ou outubro, segundo analistas.

A situação pesa mais sobre o bolso dos mais pobres, que comprometem uma fatia maior do orçamento para a compra de produtos de primeira necessidade, como o leite, e não possuem carro próprio.

Em julho, o combustível e o leite foram destaques no IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o índice oficial de **inflação** do país calculado pelo IBGE.

A gasolina, por um lado, baixou 15,48%. Assim, teve o maior impacto individual na deflação de 0,68% do IPCA. Já o leite subiu 25,46%, de acordo com o IBGE, e exerceu a maior pressão para cima no índice.

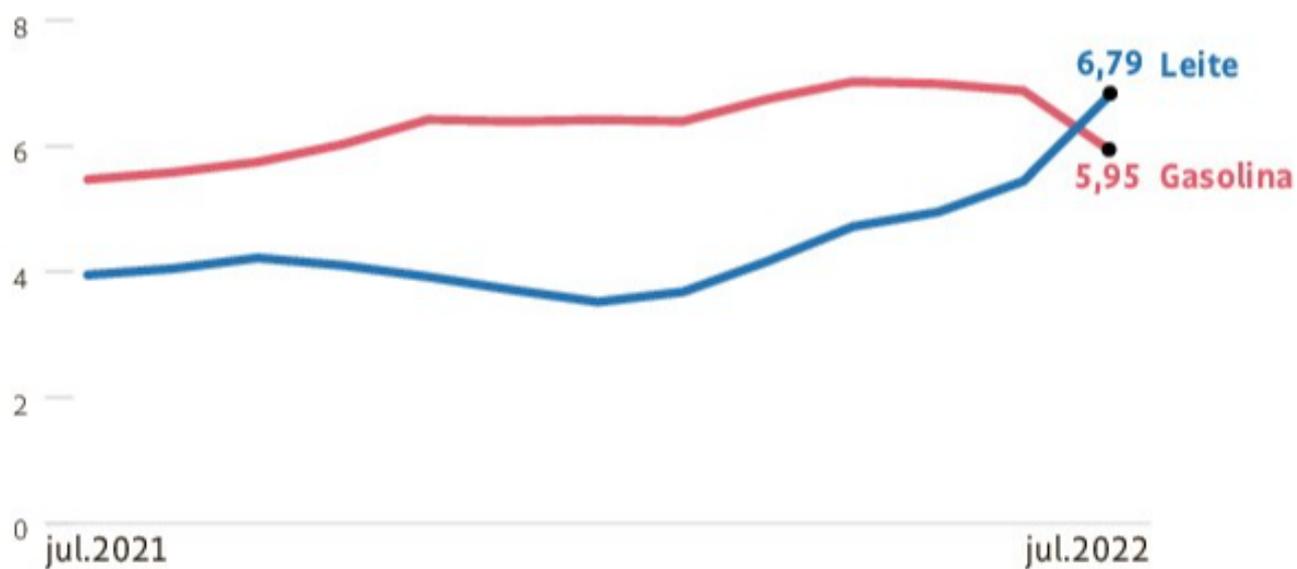
"A percepção da queda da **inflação** foi maior para quem já conseguiu encher o tanque do carro gastando menos dinheiro", aponta o economista Fabio Astrauskas, da Siegen Consultoria.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50006>

Leite mais caro do que gasolina

Preços médios na cidade de SP, em R\$/litro



Fontes: Procon-SP/Dieese e ANP

Gás nas alturas

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Commodities" pesam, e dólar sobe 0,95%

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula promete reajustar tabela do IR e pede voto para evangélicos

Marcos de Moura e Souza De São Bernardo do Campo (SP)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=1§ion=1

Quatro décadas de 'quase estagnação' (Artigo)

Adalmir Marquetti e Alessandro Miebach

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=6§ion=2

O declínio da independência dos BCs (Artigo)

Chris Giles

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=6§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187303?page=6§ion=2